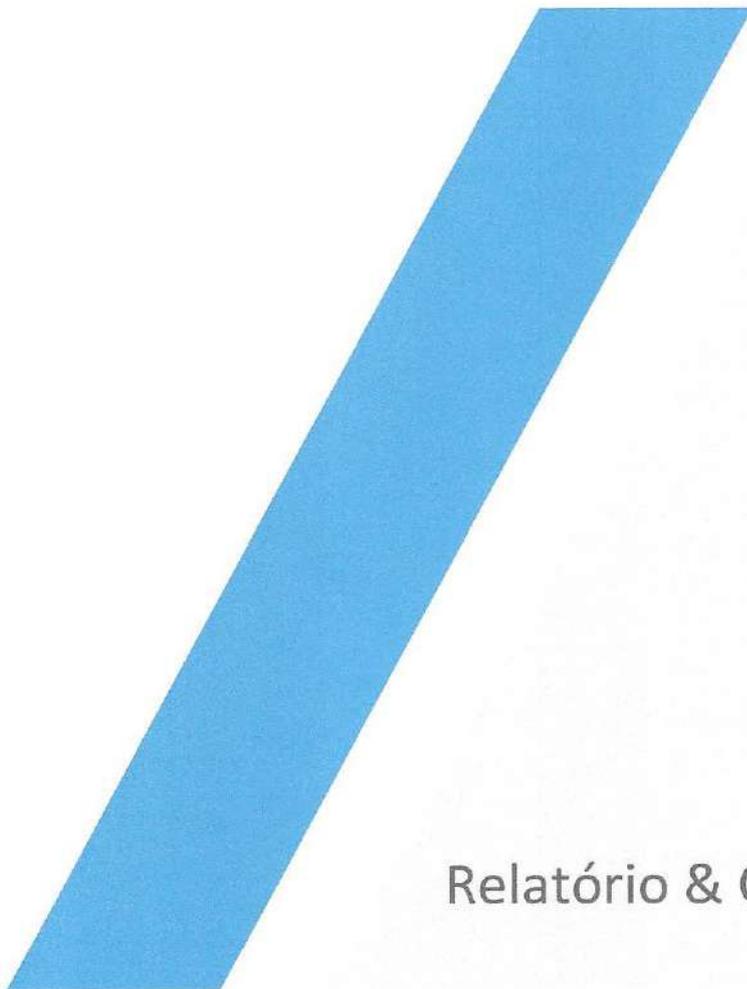




Eaglestone Capital Sgoic, SA.



Relatório & Contas 2018



Relatório de Gestão do Conselho de Administração.....	2
Síntese de Evolução dos Mercados em 2018	4
Evolução da indústria de Fundos de investimento em 2018.....	8
Gestão de risco em 2018	11
Actividade Comercial em 2018.....	13
Estruturas e Práticas do Governo Societario.....	15
Nota Final	17
Anexos	19
- Demonstrações Financeiras	
- Relatório de Auditoria	
- Certificação Legal de Contas	
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

1




Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

No ano de 2018 a actividade da Eaglestone Capital Sgoic SA foi marcada pela sua constituição em Dezembro. Como consequência deste começo em Dezembro a actividade apenas relata 1 mês de actividade que compreende apenas a implementação da actividade.

Foi neste contexto que a Sociedade começou a desenvolver o seu processo de consolidação, tendo dado início ao pedido de registo de um Fundo Mobiliário Aberto junto da CMC que viria a ser aprovado já em Janeiro sendo que a distribuição do fundo de investimento mobiliário teve o seu início dia 11 Janeiro.

Foi lançado um fundo inovador em Angola, o primeiro Fundo especial de investimento mobiliário aberto (FEIVMA), gerido por esta entidade independente. Foi também idealizada a constituição de mais três fundos a serem criados e comercializados durante o ano de 2019.

No decorrer deste ano, a Sociedade Gestora foi a segunda a obter aprovação do regulador para iniciar a actividade sendo que o mercado Angolano conta apenas com 6 sociedades gestoras de organismos de investimento colectivo a distribuir os 13 fundos no mercado, sendo que os fundos abertos significavam apenas 15 % da totalidade dos fundos existentes no mercado .

A Eaglestone Capital continuou a reforçar o investimento em meios e recursos, tendo como principal objectivo a adaptação da estrutura organizacional à evolução prevista para os mercados e ao objectivo de ampliação das actividades desenvolvidas, processos que de acordo com o Plano Estratégico para o próximo triénio, devem ser concluídas ao longo do exercício de 2019



Síntese de Evolução dos Mercados em 2018

Síntese de Evolução dos Mercados em 2018

Enquadramento Internacional

Após um ano de 2017 de crescimento forte e sincronizado das principais economias mundiais, e de reduzidos índices de volatilidade nos mercados financeiros, o perfil de 2018 foi profundamente dissonante, marcado pela retórica proteccionista do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pela remoção progressiva de estímulos dos bancos centrais, pela dispersão económica e pela desvalorização dos activos de mercados emergentes.

A escalada proteccionista da Administração Trump teve início em Janeiro de 2018, com a introdução de tarifas sobre as importações de painéis solares e de máquinas de lavar, às quais se seguiram tarifas sobre o aço e o alumínio, a revogação do acordo da NAFTA, a ameaça de tarifas sobre as importações de automóveis, entre outras, assumindo como expoente máximo a disputa bilateral com a China. No âmbito geopolítico, destaque ainda para a anulação do acordo nuclear com o Irão e para as negociações de desnuclearização da Coreia do Norte.

Em matéria económica, os estímulos fiscais, a valorização do petróleo e os elevados índices de confiança dos agentes económicos norte-americanos, colocaram o desempenho da economia dos EUA entre os mais robustos a nível global.

Com um crescimento próximo de 3% em 2018, sinais de solidez do mercado laboral e perspectivas de aumento das pressões salariais e de aceleração da inflação, a Reserva Federal (FED) prosseguiu o processo de normalização da política monetária, totalizando quatro subidas de taxas em 2018, em simultâneo com a progressiva redução do balanço do banco central.

O dólar norte-americano apreciou face à generalidade das divisas, em particular face aos mercados emergentes, fortemente penalizados pela retórica proteccionista da Administração Trump e, em particular, pela guerra comercial com a China e por riscos idiossincráticos na Turquia e Argentina. O ciclo de subidas de taxas directoras pela FED contribuiu igualmente para a deterioração das condições financeiras e monetárias no agregado de emergentes.

O desempenho económico da área do euro em 2018 divergiu do enquadramento de crescimento robusto e sincronizado verificado em 2017. Tal deveu-se a uma multiplicidade de factores, entre os quais uma redução da procura externa com reflexo na dinâmica exportadora, abrandamento das economias francesa e italiana e de factores temporários como condições atmosféricas adversas, greves e a interrupção da actividade no sector automóvel, entre outros.

Por outro lado, os fundamentais da expansão económica europeia permanecem robustos, devendo continuar a suportar o contributo das componentes de procura doméstica. A redução da taxa de desemprego, o crescimento dos salários e as perspectivas de aceleração da inflação subjacente contribuíram para a alteração da retórica do BCE, com o banco central a comunicar que as taxas directoras deverão permanecer inalteradas pelo menos até após o Verão de 2019, devendo ainda terminar o programa de compras de activos no final de 2018.

O risco político na Europa teve como principal destaque o desfecho das eleições italianas e a coligação governativa alcançada, composta por dois partidos de natureza populista: Movimento Cinco Estrelas e Liga do Norte. O Orçamento de Estado preliminar apontou para uma deterioração



significativa das métricas orçamentais e significou um confronto com as autoridades europeias, quer no âmbito das finanças públicas quer em matérias de carácter social, como seja a temática da emigração, resultante numa deterioração do prémio de risco da dívida italiana para níveis apenas visíveis em 2013, período marcado pela crise da dívida soberana europeia.

No Reino Unido, o processo de saída do país da União Europeia (UE) permanece envolto de incerteza, com a profunda divisão no Partido Conservador sobre a natureza da relação futura do país com a União Europeia a significar riscos de ausência de acordo, face à proximidade da data que marcará o divórcio entre as partes, Março de 2019. A possibilidade de adiamento do Artigo 50 é verosímil, caso não seja alcançado um acordo até então.

A Primeira-Ministra Theresa May sofreu um forte revés com a sucessão de demissões na sua equipa ministerial, entre os quais Boris Johnson e David Davis, duas das principais figuras do processo negocial com a UE, enfrentando uma forte oposição interna ao seu plano para o Brexit. Após o adiamento da votação em Dezembro, o plano de May para o Brexit foi chumbado no Parlamento britânico pela maior margem da era democrática.

Em matéria económica, o PIB do Reino Unido registou no IQ semestre de 2018, a menor expansão desde o IQ semestre de 2012, penalizado pela procura externa e pela contracção do investimento privado. O ritmo de crescimento evidenciou uma aceleração no 3º trimestre do ano, beneficiado pelas condições climatéricas favoráveis. Apesar da incerteza relativamente ao processo do Brexit, o forte ritmo de criação de emprego, o crescimento dos salários e a inflação acima do objectivo do Banco Central de Inglaterra justificaram uma subida de taxas directoras, não se perspectivando subidas adicionais num horizonte a curto-prazo.

Na China, Xi Jinping prossegue na implementação do seu plano transformação estrutural da economia, com a transição de uma economia de forte crescimento para uma estratégia de crescimento de maior "qualidade" e sustentabilidade. Este plano pressupõe um processo de desalavancagem da economia e uma política orçamental mais restritiva, o que se reflectiu num abrandamento do crescimento do crédito e numa contracção do investimento público.

A gestão deste processo, juntamente com o impacto negativo da guerra comercial com os EUA, originou a introdução de estímulos monetários (uma sucessão de cortes do rácio de reservas legais) e orçamentais. As autoridades chinesas permitiram ainda uma depreciação do yuan superior a 10%, o que reverteu parcialmente a perda de competitividade produzida pela introdução de tarifas sobre os bens chineses importados pelos EUA.

O Governo chinês manteve, numa fase inicial, uma postura construtiva, mas desafiante às exigências de Trump, dificultando um entendimento mais célere, e manifestando disponibilidade para comprometer os objectivos económicos de curto-prazo, se necessário. Com o agravamento das tarifas sobre as exportações chinesas para os EUA e a desaceleração mais acentuada da economia no 2º semestre de 2018, foi visível uma maior aproximação entre ambas as partes, o que culminou num acordo de conversações até Março de 2019, período durante o qual foi suspenso o agravamento das tarifas dos EUA sobre bens chineses

A Economia Angolana

Virar a Página

O PIB volta a contrair em 2018. A economia Angolana voltou a contrair pelo terceiro ano consecutivo em 2018 em resultado da forte queda na produção de petróleo e gás que reflecte a recente quebra no investimento no sector. A inflação beneficiou de uma política monetária restritiva e abrandou para perto de 20% (de 30% em 2017). Isto apesar da forte depreciação do kwanza e do impacto dos ajustamentos alguns preços administrativos. Entretanto, o preço do petróleo mais elevado mais do que compensou uma menor produção, o que fez aumentar as receitas das exportações e a ajudar a balança corrente a voltar a ser superavitária. Isto também fez as receitas petrolíferas excederem as projecções iniciais e contribuiu para que o governo provavelmente atinga um saldo fiscal positivo. A introdução de um novo regime cambial permitiu que a diferença entre o câmbio oficial e no mercado informal caísse para 20-25% (era 150% no final 2017).

Programa de três anos com o FMI. Angola garantiu recentemente um acordo de três anos com o FMI que tem como principais objectivos (1) apoiar à implementação do plano de reformas do governo; (2) ajudar a restabelecer a sustentabilidade externa e fiscal e (3) promover a diversificação económica. O acordo consiste também numa ajuda financeira de 3,7 mil milhões US\$ nos três anos, com 990,7 milhões US\$ disponibilizados já. Os compromissos do acordo incluem (1) implementar medidas de consolidação fiscal para levar o rácio da dívida para perto dos 65% do PIB; (2) liberalizar o regime cambial; (3) fortalecer o sistema financeiro e (4) melhorar o governance e ambiente de negócios.

Perspectivas mais favoráveis em 2019-21 O programa do FMI deverá ajudar a economia Angolana a recuperar nos próximos três anos. Prevê-se um crescimento do PIB real de 2,5% este ano (2019) e 3,2% em 2020-21, mais em linha com o aumento da população do país. Uma melhoria da actividade no sector petrolífero, com novas áreas a iniciarem a produção (incluindo as da Chevron, ENI e TOTAL), deverá estimular o crescimento nos próximos anos, enquanto que implementação de reformas para melhorar o ambiente de negócios ajudarão o sector não-petrolífero. A combinação de políticas monetária e fiscal mais restritivas ajudarão a conter a inflação. Disto isto a política monetária deverá continuar a apoiar o crescimento económico enquanto a continuação de ajustamentos fiscais deverão ajudar a reduzir a dívida pública de 90% do PIB para mais perto da meta de 65%.

Corrigir os desequilíbrios e preparar o futuro. Com a ajuda do programa do FMI, as autoridades Angolanas deverão continuar muito empenhadas em corrigir os actuais desequilíbrios do país. O Programa de Estabilização Macroeconómica tem ajudado a fortalecer as contas públicas, a baixar a inflação, a reduzir as distorções no mercado cambial e deverá ajudar a melhorar a estabilidade no sector financeiro. Sobre isto, de salientar que o BNA revogou no principio do ano as licenças de dois bancos depois destes não terem cumprido o novo requisito de capital mínimo. O banco central deverá proceder também à revisão da qualidade dos activos dos bancos, o que poderá levar à





recapitalização dos bancos mais fracos e/ou a fusões e aquisições. O governo espera que a implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional para 2018-22 venha melhorar alguns problemas estruturais e promover a diversificação e o crescimento inclusivo. O ano de 2019 será determinante para ver se Angola consegue virar a página e voltar a crescer.

Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2018



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Rui J.', located in the bottom right corner of the page.



Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2018

Segundo a Associação Internacional de Fundos de Investimento (IIFA), o mercado mundial de Fundos de Investimento Abertos Regulados apresentou um crescimento de 5,3% em 2018 (valores disponíveis até final do terceiro trimestre), o que representa um valor de €2,4 biliões e avalia a indústria mundial em torno dos €46,6 Mil Milhões.

Todavia, este crescimento tem sido diferenciado entre os grandes blocos mundiais, com o incremento dos activos sob gestão nos EUA a rondar os 6,9%, enquanto a Europa regista uma evolução mais modesta de 2,8%.

Para este comportamento contribuiu a instabilidade política, o amadurecimento deste mercado, o fraco crescimento económico europeu, o efeito repatriamento de fundos na era Trump e a subida das taxas de juro norte-americanas, a gerarem um factor de captação dos movimentos de capitais.

A indústria de gestão de activos tem sofrido profundas alterações no decorrer da última década particularmente após a última crise financeira em 2008-2009, tem-se reinventado de modo a acomodar as profundas alterações que estão a ocorrer ao nível da introdução de novos produtos, alterações regulatórias, canais de distribuição, tecnologia, pessoas e pressão nas margens, entre outros.

Os analistas esperam que até 2025 os activos sob gestão continuem a crescer a ritmos elevados, estimando-se que nesse ano o valor sob gestão venha quase a duplicar para os € 126 biliões, dos € 73 biliões de 2016. Para este crescimento contribuirão fundamentalmente os países em desenvolvimento, dadas as baixas taxas de penetração que a gestão de activos apresenta no património financeiro da população daqueles países.

Apesar do forte ritmo de crescimento, a indústria de gestão de activos apresenta nos próximos anos vários desafios, como a subida do populismo na Europa, resultados das negociações sobre o Brexit, transição da China para uma economia orientada para o consumidor, riscos geopolíticos no médio oriente e as alterações regulatórias sobre os impostos e restrições ao comércio com os EUA a criarem um clima de incerteza.

O avanço da tecnologia ao serviço do negócio da gestão de activos tem proporcionado um efeito disruptivo no negócio, nomeadamente na captação de clientes, customização de aconselhamento financeiro, research e gestão de portfolios, factores estes imperativos para o êxito das empresas de gestão de activos no futuro do sector.

O sucesso desta indústria, em especial os players de menor dimensão, estarão dependentes da sua capacidade de interpretar as necessidades dos investidores, proporcionar soluções diferenciadoras e dar maior enfoque na capacidade de encontrar e otimizar os seus canais de distribuição. Deverão ainda conseguir incrementar a sua capacidade de obtenção de performances e serviços sustentados em estratégias de reorganização da sua actividade e estrutura, minimização de custos e fortes capacidades em IT.

Indústria de Fundos de Investimento na Europa

Segundo o referido relatório da IIFA, os activos sob gestão em fundos na Europa atingiram os €15,6 biliões, o valor mais alto alguma vez registado, representando um total de subscrições líquidas de aproximadamente €429 milhares de milhões nos três primeiros trimestres do ano.

Por classes, destaque para o crescimento dos fundos de acções (+4,45%) e para os fundos multiactivos (+2,82%), por oposição à queda registada nos fundos de mercado monetário (-2,12%). A classe de fundos com maior peso continua a ser a dos fundos de acções (€4,5 biliões, cerca de 30%), seguido dos fundos de obrigações (€3,5 biliões, cerca de 23%) e multiactivos (€3,3 biliões, cerca de 21%).

No que diz respeito à domiciliação dos fundos, as geografias com maior peso continuam a ser o Luxemburgo e a Irlanda, representando 27,5% e 16,3%, respectivamente.





Gestão de Risco em 2018

Gestão de Risco em 2018

A Sociedade privilegia uma cultura de gestão de risco assente em princípios de rigor, profissionalismo e diligência, em que todos os colaboradores são chamados a contribuir, tanto no âmbito específico do cumprimento das suas funções, como da sua postura face às obrigações regulamentares, éticas e profissionais aplicáveis.

O sistema de gestão de risco implementado na Sociedade tem por base princípios de gestão prudencial, simultaneamente com o propósito garantir o cumprimento das obrigações legais e regulamentares em vigor.

A Política de Gestão de Riscos da Sociedade tem como objectivo dotar a Sociedade de um sistema de gestão de riscos independente, adequado e proporcional à natureza, dimensão e complexidade das suas actividades, que permite identificar, avaliar, mitigar, acompanhar e controlar todos os riscos a que a Sociedade e os fundos de investimento por si geridos se encontram expostos.

A Sociedade dispõe de um Conselho de Administração (CA), um Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal), Comissões de apoio e está organizada em Direcções, Departamentos, Unidades e Áreas, as quais funcionam de forma autónoma, mas em linha com as orientações superiormente estabelecidas para cada actividade e função.

Esta estrutura permite distinguir três linhas de defesa no sistema de gestão de risco:

O Conselho de Administração, órgão que detém o primeiro nível de decisão da Sociedade, assegura juntamente com as Direcções da Eaglestone Capital a primeira linha de defesa, exercendo a gestão diária dos vários riscos da actividade, implementando os mecanismos de controlo adequados à sua mitigação e identificando potenciais novos riscos.

A segunda linha de defesa é assegurada pelas áreas de Gestão de Riscos e Compliance/AML da Unidade de Controlo da Sociedade, sendo os responsáveis pela avaliação, controlo e monitorização dos riscos quer da sociedade quer dos fundos sob gestão, verificando igualmente a aplicação e o cumprimento das regras legais e internas. A terceira linha de defesa é atribuída às áreas de Auditoria Interna e Conselho Fiscal, a quem cabe a validação da implementação e da adequação dos controlos definidos, supervisionando a correcta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes.

A Sociedade dispõe de soluções informáticas que apoiam e asseguram a gestão e controlo dos riscos da Sociedade e do Património sob gestão, em coerência com as exigências regulamentares e legais e com o perfil de risco estrategicamente definido, sendo o acompanhamento dos riscos realizado mediante um processo sistematizado incluindo a produção de relatórios periódicos e tempestivos, com informação clara e fiável sobre as exposições às categorias de risco relevantes.





Actividade Comercial em 2018

Eaglestone Capital SGOIC
Rua Marechal Brós Tito nº35/37 - 13º A
Ingombotas - Luanda

Registo Comercial No. 18-10487-L2
Nº Identificação Fiscal: 5417655872
Registo CMC : 002/SGOIC/CMC/11-2018

14

Actividade comercial em 2018

O ano de 2018 manteve o contexto marcado por taxas de juro em níveis historicamente altos, onde os rendimentos em grande parte da curva são positivos e os estímulos monetários ainda inexistentes. Consequentemente, a generalidade das classes de activos alcançaram níveis de desempenho positivos em Angola, pelo que na sua maioria os fundos de investimento geridos registaram performances positivas, em linha com o mercado.

No que diz respeito a actividade comercial exercida pela Eaglestone Capital , foi muito ténue sendo que o início de actividade somente ocorreu no final do ano, o que penalizou quaisquer actividades de divulgação e angariação de novos clientes por inexistência de produto , este paradigma esta previsto ser alterado com o lançamento do novo fundo que ocorre no principio de 2019.

Não obstante foram tomadas as devidas diligencias no sentido da constituição do fundo , nomeadamente deliberar em Conselho de Administração a constituição do mesmo e submeter o processo á Comissão de Mercado de Capitais antes do final do Ano



Handwritten signature and a circular stamp or logo at the bottom right of the page.



Estrutura e Práticas do Governo Societário

Estrutura e práticas do governo societário

Órgãos Sociais e Estruturas Internas

De acordo com as melhores práticas internacionais e os princípios adoptados no Grupo Eaglestone, a Sociedade tem implementada uma estrutura de governo societário com todos os recursos e meios necessários ao cabal desempenho das respectivas funções, visando a promoção de uma gestão sã e prudente, assente numa efectiva segregação de funções e linhas de reporte directo claramente definidas.

A Sociedade adopta como modelo de administração um Conselho de Administração e como modelo de fiscalização um Conselho.

Os membros dos órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral.

A Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário e delibera nos assuntos sobre os quais especificamente a Lei e os Estatutos lhe atribuem competência quanto a questões fundamentais, como sejam a eleição de órgãos sociais, alterações ao contrato de sociedade e aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, do Balanço e das Contas, bem como da Proposta de aplicação de resultados.

O Conselho de Administração é composto por três membros, incluindo um membro independente, reunindo pelo menos uma vez por mês, com vista á prossecução dos interesses gerais da Sociedade, bem como a assegurar a gestão corrente dos negócios.

Concretamente ao Presidente do Conselho de Administração estão estatutariamente atribuídas competências de prestação de informação aos demais membros do Conselho de Administração, relativamente à actividade e às deliberações, velando pela execução das deliberações.

A fiscalização dos negócios da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal, ambos eleitos pela Assembleia Geral, a quem é assegurado o acesso regular à informação necessária ao adequado exercício das suas funções. Complementarmente, a Assembleia Geral designou ainda um auditor externo para verificação das contas da sociedade.

É regularmente avaliada a adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o exercício das suas respectivas funções, preenchendo os requisitos legais para o efeito, incluindo a verificação dos requisitos da sua necessária independência onde aplicável



Nota Final

Eaglestone Capital SGOIC
Rua Marechal Brós Tito nº35/37 - 13º A
Ingombotas - Luanda

Registo Comercial No. 18-10487-L2
Nº Identificação Fiscal: 5417655872
Registo CMC : 002/SGOIC/CMC/11-2018

18

Nota Final

O Conselho de Administração quer expressar o seu agradecimento e reconhecimento a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da Sociedade, nomeadamente:

Aos Bancos Depositários, pela forma diligente e profissional como têm desempenhado as suas funções;

Aos fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócio, pela colaboração prestada ao longo do presente exercício;

Aos membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento e colaboração prestados;

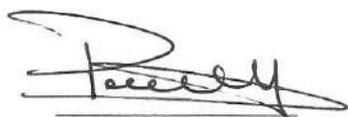
Às Entidades de Supervisão, pela colaboração e disponibilidade;

Aos participantes dos fundos, pela confiança manifestada.

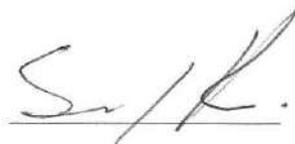
Urna palavra de agradecimento especial a todos os Colaboradores pelo elevado sentido profissional, esforço e dedicação demonstrados, que foram decisivos para a consolidação do projecto e os resultados alcançados.

Luanda, 29 Abril de 2019

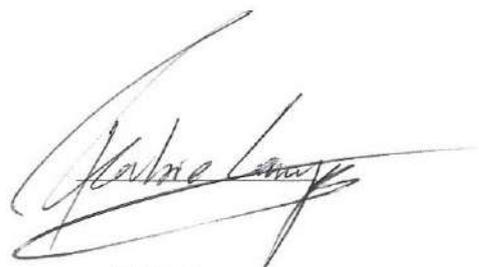
O conselho de Administração



Pedro Ferreira Neto



Samuel Morais Franco



Fábio Campos



ANEXOS

- Demonstrações Financeiras e notas anexas
- Relatório de Auditoria
- Certificação Legal de Contas
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Eaglestone Capital Sgoic, SA.



Demonstrações
Financeiras e Notas às
Contas

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.



Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de Dezembro de 2018

(Valores em Akz)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2018)
Disponibilidades	5	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-
Créditos	6	24 500 000	-	24 500 000
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-
Activos Imobiliários	7	-	-	-
Activos Fixos Tangíveis		-	-	-
Activos Fixos Inangíveis		-	-	-
TOTAL DO ACTIVO		24 500 000	0	24 500 000

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	Período Corrente (31-12-2018)
Outras Obrigações	8	1 022 220
TOTAL DO PASSIVO		1 022 220

Capital	8	30 000 000
Resultado Líquido do Exercício		-6 522 220
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		23 477 780

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em Akz)

Rubricas	Notas	Período Corrente (31-12-2018)
Juros e Outros Rendimentos	10	-
TOTAL DOS PROVEITOS		-
Juros e Outras Despesas	11	-
Impostos	12	-
Custos e Perdas Operacionais		6 522 220
Prestação de Serviços	13	-
Amortizações e Depreciações	7	-
TOTAL DAS DESPESAS		6 522 220
APURAMENTO DO RESULTADO		-6 522 220

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Valores em Akz)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS			
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	-	-	-
Recebimentos por Aumentos de Capital	30 000 000	30 000 000	-
Pagamentos por Reduções de Capital	-	-	-
Incorporações de Reservas ao Capital	-	-	-
Incorporações de Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-
Efeitos de Ajustes Diários aos Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Efeitos de Ajustes das Operações Cambiais	-	-	-
Efeitos de Perdas Líquidas em Fundos de Pensão Patrocinados	-	-	-
Efeitos da Subscrição de Unidades de Titularização	-	-	-
Efeitos da Subscrição de Unidades de Participação	-	-	-
Apropriação do Resultado Líquido do Exercício	-6 522 220	-	-6 522 220
Constituição de Reservas	-	-	-
Anulação de Reservas	-	-	-
Pagamento de Dividendos Antecipados das SI	-	-	-
Dividendos Propostos no Período	-	-	-
Compensações de Prejuízos	-	-	-
Efeitos das Distribuições de Resultados	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	23 477 780	30 000 000	-6 522 220

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores em Akz)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Período Corrente (31-12-2018)
	Notas	
Fluxos de Caixa dos Juros e Outros Rendimentos		30 000 000
Fluxos de Caixa da Carteira de Títulos		30 000 000
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Operações de Créditos		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Aplicações em Operações Comprometidas		-
Fluxos de Caixa da Aquisição dos Créditos e Emissão das UTC		-
FLUXO DE CAIXA DE RECEBIMENTOS		30 000 000
Fluxos de Caixa dos Juros e Outras Despesas		-
Fluxos de Caixa de Despesas de Obrigações por empréstimos e Repasses		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxos de Caixa com Ajuste ao Valor de Mercado		-
Fluxos de Caixa de Impostos		-
Fluxos de Caixa de Comissões		-
Fluxos de Caixa de Multas		-
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		2 500 000
Fluxos de Caixa da Prestação de Serviços		2 500 000
Fluxos de Caixa de Outros Custos e Perdas		27 500 000
Pagamentos de Outros Custos e Perdas		27 500 000
FLUXO DE CAIXA DE PAGAMENTOS		30 000 000



[Handwritten signatures and initials]



SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO	-
Saldo em Disponibilidade no Início do Período	-
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período	-

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Eaglestone Capital SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por “Eaglestone” ou “Sociedade”), foi constituído por Escritura Pública de dia 3 de Julho de 2018, tendo iniciado a sua actividade em 5 de Novembro de 2018, após efectuar o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), em 5 de Novembro de 2018.

A Eaglestone é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial n.º7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Eaglestone foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16 de 6 de Julho.

Sendo este o primeiro exercício de preparação das Demonstrações Financeiras são apresentados os montantes com referência ao exercício decorrido entre 1 de Janeiro de 2018, data de início da actividade do Banco, e 31 de Dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras da Eaglestone encontram-se expressas em Kwanzas, não tendo à data de 31/12/2018 activos e passivos denominados em outras divisas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho da Eaglestone em 29 de Abril de 2019, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Geral que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

b. Transações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-currency, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco

Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

c. Créditos e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a Clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

d. Títulos e valores mobiliários

Atendendo às características dos Títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Valor de Mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pela Eaglestone é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano serão registadas no balanço Eaglestone pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

e. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.





Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de Clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

f. Activos intangíveis e outros activos tangíveis

Os activos intangíveis e outros activos tangíveis serão registados ao custo de aquisição.

A depreciação será calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial.

g. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

h. Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

i. Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto industrial

A Eaglestone encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC") são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menosvalias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Foi aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014, de 20 de Outubro, o novo Código do IAC com entrada em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos que futuramente advirão das aplicações financeiras da Eaglestone. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Após 1 de Janeiro de 2015, o IAC deixou de ter a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, estando os respectivos rendimentos excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Imposto sobre o Património (IPU)

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal da Eaglestone, quando o seu valor é superior a 5 000 m AKZ.





Outros Impostos

A Eaglestone está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

j. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DE OIC GERIDA

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a Eaglestone não efectua ainda a gestão de qualquer carteira.

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-12-2018
Depósitos à Ordem	-
Outros	-
Disponibilidades em Instituições Financeiras	-

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Outros tem a seguinte composição:

	Capital aplicado	Juro corrido	Valor carteira
Outros			
Depósitos a Prazo	-	-	-
	-	-	-

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica não é ainda aplicável.

6. CRÉDITOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Créditos – Valores a Receber, representa o adiantamento efectuado pela sociedade para efeitos de renda do espaço onde se situa a sua sede.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2018, não houve quaisquer movimentos nestas rubricas

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outras Obrigações – Credores Diversos corresponde aos montantes devidos pela Eaglestone a título de reembolso de despesas relacionadas com contencioso e notariado, que a empresa incorreu no exercício de 2018.

9. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital Social

A Sociedade foi constituída em 3 de Julho de 2018, com um capital social de 30.000.000 AKZ.

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

Não aplicável no exercício de 2018.

11. JUROS E OUTRAS DESPESAS

Não aplicável no exercício de 2018.

12. IMPOSTOS

Não aplicável no exercício de 2018.

13. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Não aplicável no exercício de 2018.

14. PARTES RELACIONADAS





São consideradas entidades relacionadas com a Eaglestone:

- aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira - Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira da Sociedade - Accionistas; e
- os membros de pessoal chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

No exercício de 2018 não houve quaisquer transacções mantidos pela sociedade com entidades relacionadas, nem existe qualquer saldo relacionado.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2018 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados da Sociedade.

Acta n.º 1/2019
do Conselho de Administração da
EAGLESTONE CAPITAL SGOIC, S.A.

No dia 29 de Abril de 2019, pelas 9 horas, na sede social sita em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Marechal Bróz Tito, Edifício Escom, 13.º andar, reuniu o Conselho de Administração da **Eaglestone Capital SGOIC, S.A.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 4.258-18/180703, Número de Identificação Fiscal 5417655872, com o capital social de Akz. 30.000.000,00 (trinta milhões de Kwanzas) integralmente realizado.

Encontrava-se presente o Presidente do Conselho de Administração, **Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto**, bem como os Vogais **Samuel David Morais Franco** e **Fábio Kyanuche de Almeida Campos**, encontrava-se assim, em condições de validamente reunir e deliberar sobre os pontos da seguinte Ordem de Trabalho:

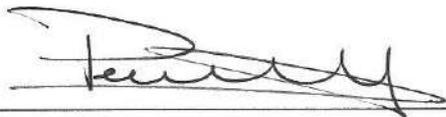
Primeiro : Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas da sociedade relativo ao exercício de 2018;

Segundo : Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2018.

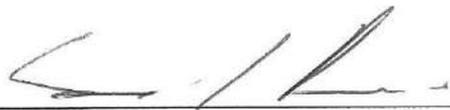
Aberta a sessão, entrou-se de imediato na análise e apreciação do Primeiro Ponto da ordem de trabalhos, tendo tomado a palavra o Vogal do Conselho de Administração Samuel Morais Franco que apresentou de forma detalhada o relatório de gestão e as contas da sociedade, que fica anexo à presente acta tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o relatório de gestão e as contas de 2018. Passando ao Segundo Ponto da ordem de trabalhos foi decidido por unanimidade aprovar a proposta de transferir o resultado líquido do exercício de 2018, no montante negativo de 6 522 220 Kwanzas (seis milhões quinhentos e vinte e dois mil duzentos e vinte kwanzas), para a conta de resultados transitados.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas 10 horas e lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por:

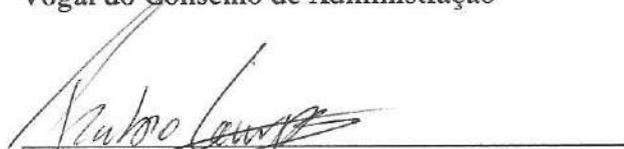
Luanda, 29 de Abril de 2019



Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto
Presidente do Conselho de Administração



Samuel David Morais Franco
Vogal do Conselho de Administração



Fábio Kyanuche de Almeida Campos
Vogal do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (Valores expressos em milhares de Kwanzas "mAOA")

Página 1 de 2

Aos Accionistas do:
Eaglestone Capital – Sociedade Gestora de Organismo de Investimento Colectivo, S.A.

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Eaglestone – Sociedade Gestora de Organismo de Investimento Colectivo, S.A. ("Sociedade Gestora"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, que evidencia um total de mAOA 24.500 e um capital próprio de mAOA 23.477, incluindo um resultado líquido negativo de mAOA 6.522, a Demonstração do Resultado e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. Administração da Empresa é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração da Sociedade Gestora, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria sem reservas.



Opinião sem Reservas

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Eaglestone Capital – Sociedade Gestora de Organismo de Investimento Colectivo, S.A., em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola.

Ênfase

7. As Demonstrações financeiras da Sociedade Gestora, acima referidas dizem respeito ao período compreendido entre 5 de Novembro de 2018 dia em que foi iniciada a actividade e 31 de Dezembro de 2018 data a que as mesmas são reportadas.

Luanda, 29 de Abril de 2019

Crowe Angola

O Perito Contabilista


CROWE ÂNGOLA

Representada por João Martins de Castro

Perito Contabilista inscrito na OCPCA com n.º 20140123